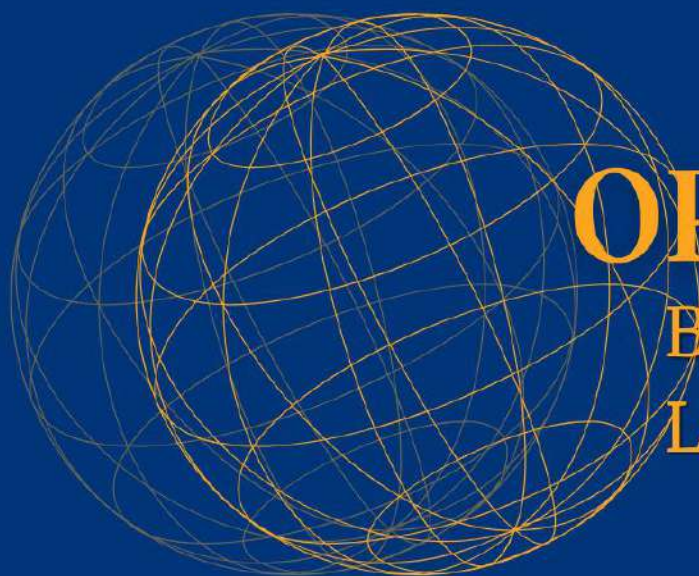




ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF



VOL.3 – Nº 8
JANEIRO-ABRIL/2025
ISSN: 2965-2235

Apresentação

Eric Hobsbawm, em um dos ensaios que compõem o livro “Sobre História” (Cia. das Letras, 2013), chama atenção para o fato de que “história não é memória ancestral ou tradição coletiva. É o que as pessoas aprenderam de padres, professores, autores de livros de história e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão”. É a reflexão sobre essa questão e, em última instância, sobre o ofício do historiador que norteia o artigo “Geisel, o documento da CIA e a disputa pública pela memória da ditadura: notas sobre o ofício do historiador”, de Roberto Moll Neto, que abre esta edição do **Orbis**.

A partir das repercussões de um documento da CIA, desclassificado em 2015, que revela a concordância dos dois últimos presidentes do ciclo ditatorial – Ernesto Geisel e João Figueiredo – com a continuidade das execuções de opositores do regime, o autor argumenta que, na era da superinformação, a amplificação de determinadas práticas historiográficas, como a relativização do rigor e a desinstitucionalização do ofício do historiador, favorece a equiparação entre interpretações concorrentes e fomenta leituras equivocadas e conspiratórias. Para fundamentar esse argumento, Moll analisa a recepção de Elio Gaspari ao documento, demonstrando que sua interpretação tende a reproduzir a narrativa dos próprios agentes da ditadura e a minimizar o potencial crítico de novas evidências.

O artigo seguinte, de Fernando Roberto de Freitas Almeida, rememora os debates travados no início da década de 1960 em torno de diferentes visões sobre quais rumos o Brasil deveria tomar. A partir da análise do número 21 - “Qual a política externa conveniente ao Brasil?”, de Vamireh Chacon - da Coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, publicada pela Editora Civilização Brasileira, o autor reflete sobre as propostas e objetivos da Política Externa Independente – PEI, bem como sobre a articulação de setores das elites brasileiras com o capital internacional para abortar o projeto nacional-popular então em construção.

Já em “Entre os múltiplos Eu’s/Outro’s: uso de imagens e afetos na política”, Pablo Fontes e Cristina Rego Monteiro da Luz, a partir dos trabalhos de Byung-Chul Han e Zygmunt Bauman, propõem uma reflexão crítica acerca da negligência histórica dos estudos sobre afetos, emoções e imagens no campo das Relações Internacionais no Brasil, tradicionalmente pautado pela racionalidade liberal.

Juliana Zaniboni, em “Data Centers: entre o Desenvolvimento Digital e o Colonialismo de Dados”, discute como, nos últimos anos, a América Latina tem se consolidado como um espaço estratégico para a expansão da infraestrutura digital, especialmente por meio do incentivo à instalação de data centers, apresentados como vetores de desenvolvimento tecnológico e econômico. Porém, como argumenta a autora, ao invés de promover efetiva soberania ou autonomia tecnológica, a dinâmica adotada aproxima-se de um modelo de colonialismo digital, marcado pela dependência tecnológica, pela extração intensiva de recursos e pelo agravamento do atual estado de emergência climática.

Por fim, em “Leonel Brizola e as linhas de fuga na Política Externa Brasileira”, Danilo Bragança analisa a trajetória de Leonel Brizola sob a ótica das “linhas de fuga”, conceitos que rompem com a continuidade burocrática da Política Externa Brasileira. Através de episódios como a encampação da ITT e a defesa das “perdas internacionais”, o artigo examina como Brizola tensionou a relação com os EUA e buscou interlocução com o Sul Global e a Internacional Socialista.

Desejamos uma boa leitura a todos/as!

Os editores